

*Texto extraído dos cursos ministrados aos domingos por Dr. Roberto Assagioli no Instituto di Psicossíntesi, Florença. Tradução Livre: Centro de Psicossíntese de São Paulo, agosto/2017.*

Lição II - 1967

## **ESTÁGIOS DA VONTADE - A DELIBERAÇÃO E A DECISÃO**

Roberto Assagioli

Começemos como se deveria sempre fazer, com uma consideração semântica, isto é, especificando o sentido das palavras que usamos. “Deliberar” tem dois significados diferentes que devem vir claramente distintos: o primeiro é examinar, ponderar; o segundo é decidir.

Este duplo significado é inconveniente se não se fizer a devida distinção, mas também tem um aspecto positivo, isto é, indica a estreita relação entre as duas ações internas que exprime. Elas deveriam constituir dois momentos ou fases de um mesmo ato. De fato, o objetivo de toda deliberação no primeiro sentido, de toda consideração de uma ou mais possibilidades, é levar a uma decisão, de outro modo não serviria para nada. Por outro lado, decidir sem ter deliberado antes – isto é examinado e avaliado todos os aspectos da questão, da escolha que está diante de nós – induz a realizar atos impulsivos, imprudentes, irrefletidos, e, portanto, muitas vezes errôneos e prejudiciais para nós e para os outros. Note-se que o significado das palavras “levianas”, ou seja sem a devida consideração, e “irrefletidas”, usadas sem a devida ponderação.

É oportuno dar-se conta da imensa quantidade de ações que os homens cometem impulsivamente, sem ter refletido sobre as consequências geradas por elas; basta recordar quantos delitos são realizados deste modo, quantas palavras inoportunas e prejudiciais são causa de choques e conflitos, por não terem sido “pensadas antes”.

Na realidade, poucos “pensam” verdadeiramente. O pensar é desconfortável, cansativo; obriga à concentração que requer uma vontade persistente; por outro lado frequentemente o resultado da reflexão contrasta com nossas tendências, com nossos desejos. Dai a importância, aliás a necessidade, de aprender a pensar verdadeiramente, a refletir e a meditar.

Estas estão entre as técnicas psicossintéticas mais úteis e constituem uma necessária preparação à obra de consideração e reflexão requerida pela deliberação. Todas estas técnicas estão ligadas: para deliberar bem é preciso pensar e meditar; mas para pensar, meditar e depois deliberar, é necessário em primeiro lugar conter as tendências, os impulsos

que estimulariam a ação imediata. É necessário “despender tempo”, o tempo necessário para examinar todos os aspectos da situação e em seguida refletir sobre ela. Então é necessário, portanto em primeiro lugar um ato de inibição.

Justamente por isso Calò, em seu artigo sobre vontade publicado na Enciclopédia Treccani, diz:

“O ato voluntário é substancialmente, pelo menos sob um aspecto importantíssimo, inibição, a qual não é inibição automática, como uma tendência, ou energia própria de uma ideia que se contrapõe a outra, mas é fruto da vontade, primeiramente contra tudo, uma vez que na decisão o objetivo final compete com o inicial. Este aspecto de inibição pode ser mais ou menos claramente visível, pelos casos nos quais todo esforço do querer parece consumir-se (mas não é nunca literalmente assim) no esforço de inibir certas tendências e reduzir-se a um não querer, até aqueles nos quais a rapidez e a facilidade da decisão parecem quase suprimi-lo, mas não falha nunca.

Aos ouvidos modernos a palavra inibição soa bastante mal, faz pensar na repressão e nas obsoletas e más consequências, poder-se-ia dizer que há agora uma verdadeira fobia da repressão! Por isso é bom insistir na diferença profunda que há entre “repressão” ou “remoção” e domínio consciente. Este é chamado muitas vezes, mas não exatamente, controle, que é neste sentido, um anglicismo; em italiano controle significa “verificação”. Mais precisamente é necessário ver com clareza as diferenças e as relações existentes entre inibição, repressão, domínio, freio, subordinação, regulação e direção.

A propósito do que diz Calò, acredito ser oportuno especificar que a inibição não é por si mesma um “estágio” da vontade, mas é um aspecto necessário, não somente para a preparação à ação voluntária, mas para criar as condições necessárias em todos os seus estágios. A inibição é indispensável para ter tempo suficiente para avaliação, para a escolha dos fins, dos objetivos a que nos propomos; mas é, entretanto, necessária no mais longo estágio do acurado exame dos motivos e das motivações.

Destes já falei, mas devo acrescentar que uma das considerações necessárias, de modo que um ato voluntário tenha bons efeitos, é em primeiro lugar a revelação e o domínio das motivações inconscientes, muitas vezes de natureza inferior. É necessário em seguida que os motivos conscientes e prevalentes sejam bons, construtivos para nós e para os outros. Porém nem isto basta; é bom dizê-lo explicitamente, porque muitos acreditam que basta a boa intenção e, se cometem erros ou danos, justificam-se dizendo: “as minhas intenções eram boas, fiz por um bom propósito”. É conhecido o ditado: “o inferno está cheio de boas intenções”. Esta frase pode ser entendida em dois sentidos: o primeiro, o mais obvio, é o da inércia ou da fraqueza de tantas pessoas boas; nelas a “intenção” boa não é seguida pela decisão, pela afirmação e pela ação, por isso se torna ineficaz. O outro significado refere-se às

más conseqüências que podem ter as ações feitas com as melhores intenções, mas sem sabedoria, aliás as vezes sem bom senso. Essas conseqüências são colocadas bem em evidencia pela anedota da “macaca boa”: uma vez uma macaca vê um peixe imerso na água, e acredita que ele esteja se afogando, por isso correu para pegar o peixe colocando-o no ramo de uma árvore. A asneira daquela boa macaca faz rir, mas devemos nos dar conta que existem muitos atos do mesmo tipo, menos grosseiros, menos evidentes, mas que tem efeitos bastante danosos. Citarei, entre os mais frequentes, os erros dos pais que tomam decisões e impõem atividades aos seus filhos, acreditando sinceramente fazer bem a eles, por exemplo, apontando uma profissão, uma carreira rentável ou de prestígio, ou protegendo-os excessivamente, impedindo assim que eles passem pelas necessárias experiências por conta própria, expondo-se também a algum risco desagradável, ou interferindo segundo as próprias ideias na escolha matrimonial deles. (algumas vezes o fazem de todos esses três modos!).

Atualmente isto produz sempre maiores conflitos entre as gerações. Muitos não apreciam a vida cômoda, “burguesa”, as ocupações usuais, e se sentem estimulados a atividades de outro tipo, não raro com objetivos humanitários, benéficos, com um novo sentido de sociabilidade, de participação humana, que os adultos muitas vezes não têm.

Vários casos deste tipo foram noticiados recentemente nos jornais e revistas; trata-se de jovens que querem ir para países distantes, em desenvolvimento, para executarem atividades sociais, humanitárias, mas isto suscita contrariedade e desolação nos pais. Um exemplo menos recente e bem conhecido, mas demonstrativo, é o da filha de um almirante inglês, a qual, depois de ter lido somente um opúsculo de Gandhi, decide, com a forte desaprovação e a despeito do almirante, ir até ele, e permaneceu sempre próxima tornando-se sua secretária e boa colaboradora.

Na verdade, é justo dizer que nem todos os pais opõem-se às aspirações dos jovens; são compreensivos e estão dispostos a não lhes opor resistência. Citarei os pais de um jovem de quinze anos os quais, seguindo meu conselho, acolheram seu pedido de ir para um dos campos de trabalho do “Serviço Civil Internacional”, onde se deu muito bem. Aspirações e decisões deste tipo não deveriam assustar os pais; os campos de trabalho dão garantia que os jovens tenham cuidado e proteção; por isso são muito aconselháveis.

Haveria muito a dizer sobre as relações entre os jovens e os adultos; hoje limitar-me-ei a aconselhar vivamente os pais, aliás, todos os adultos, a abster-se de pronunciar as palavras frequentemente usadas, mas que são inoportunas, contraproducentes, e constituem portanto um grande erro psicológico: “no meu tempo.....”; tais confrontos nostálgicos entre passado e presente expõem a respostas do tipo daquela dada , por uma menina ao pai, aborrecido pelas suas perguntas, as quais o pai havia dito: “sabe o que teria acontecido se tivesse feito tantas perguntas ao meu pai?” A resposta foi: “agora seria capaz de saber responder às minhas!”.

Quanto às decisões tomadas por nós mesmos, o primeiro passo ou estágio da deliberação consiste em ver com clareza, em colocar claramente o problema e as alternativas que temos pela frente; isto parece óbvio, mas muito frequentemente não é feito. O segundo estágio consiste em reconhecer de modo realista as possibilidades de concretizar o objetivo que queremos atingir; a oportunidade que a ação pede; a gradação dos vários passos ou tempos necessários para percorrer o projeto, o programa, à execução.

Foi dito que a política é a “arte do possível”, mas poder-se-ia dizer que grande parte da sabedoria, pelo menos da sabedoria prática consiste nisto, e é aqui que ‘pecam’, de forma nobre, mas com efeitos danosos, muitos idealistas. Mantêm os olhos fixos no topo cintilante, e não enxergam onde colocam os pés e arriscam tropeçar e cair; ou tentam subir diretamente, por vias impraticáveis, ao invés de prosseguir de modo sinuoso, com as curvas necessárias, ao longo dos lados da montanha onde ela é acessível.

Algo que deve ser bem examinado, objeto de atenta consideração, são as consequências dos atos que nos dispomos a realizar. É um exercício de previsão, que pede atenta reflexão e senso psicológico, acima de tudo quando se trata de ações que implicam relações com os outros e pedem a sua cooperação. Se não o fazemos, as nossas palavras e os nossos atos podem ser sem dúvidas contraproducentes. Um dos exemplos mais simples é o da nossa insistência e da nossa impaciência que suscitam facilmente reações negativas nos outros. Nestes casos não basta uma discriminação somente mental, é necessário a faculdade psicológica chamada empatia, isto é a capacidade de entrar, por assim dizer, no animo dos outros e imaginar e intuir quais efeitos nossas palavras e atos possam produzir.

Examinemos agora outro modo de tomar decisões: determinados motivos que se originam do supraconsciente, ou através do supraconsciente, sob forma de iluminações, inspirações, impulsos à ação (interna e externa), que tenham caráter espiritual em amplo sentido: criatividade artística, atos altruístas e humanitários, procura da verdade. Não é fácil precisar a sua origem; podem ser atividades do supraconsciente, podem vir do Eu espiritual ou de outras fontes, mas não é necessário sabê-lo.

O que importa é reconhecer tais impulsos, inspirações, abrir-se a eles e acolhê-los. Disse acolhê-los, uma vez que nem sempre estamos dispostos a fazê-lo, às vezes eles suscitam perplexidade, e também reações negativas, seja por parte do eu consciente, seja por elementos do inconsciente inferior. De fato, estas inspirações, estes impulsos, não raro são ‘desconfortáveis’ para nossa personalidade, estimulam-nos a assumir compromissos, a realizar atos que requerem espírito de sacrifício, dedicação e até risco.

Por outro lado, também estas inspirações e impulsos internos não são aceitos e seguidos sem uma devida deliberação, sem submetê-los a um atento exame. É necessário em primeiro lugar reconhecer bem quais são as intuições genuínas, as inspirações, os impulsos para ação que

vem verdadeiramente do alto do supraconsciente, distinguindo-os dos impulsos que chegam de outros níveis do inconsciente, ou através dele, por influências externas. A diferença é as vezes evidente, mas não raro é difícil reconhecê-la.

Pode-se dizer que vivemos imersos em um oceano, envoltos em uma atmosfera psíquica; estamos continuamente sujeitos a influências psíquicas de todo tipo e procedência, e também aqui a boa aparência não basta. Uma atenta, acurada e contínua discriminação é particularmente necessária para as pessoas que têm uma grande sensibilidade psíquica.

Além disso, também se a inspiração tem uma origem verdadeiramente elevada, se a intuição é genuína, pode-se cometer – e na realidade são frequentemente cometidos – grandes erros em interpretá-las e ao realizá-las. É preciso um apropriado desenvolvimento mental para compreendê-las adequadamente, e um autodomínio para não ter reações emocionais excessivas (às vezes até à exaltação) ou ser empurrados a agir de forma impulsiva e fanática.

Portanto, também no que diz respeito da inspiração deve-se fazer o que tem sido dito sobre outras motivações. Acima de tudo não passar rapidamente para a ação, mas usar, com um ato de vontade, a inibição necessária para ter o tempo e o modo de examinar a inspiração e deliberar se é oportuno segui-la. Isto também não é fácil, por um lado é necessário usar a mente, mas por outro não é, por excesso de senso crítico, pode-se polarizar a inspiração. A experiência demonstrou em vários casos que o flash intuitivo, o primeiro impulso, eram adequados, enquanto as sucessivas elaborações produziam dúvidas e confusões.

Contudo, as dificuldades não devem nos desviar do uso deste modo para chegar a corretas escolhas ou realizar atos benéficos. Aliás, aqueles que não têm intuições ou inspirações espontâneas, deverão usar os métodos para despertá-las. Isto é necessário para um desenvolvimento integral e harmônico da personalidade, para uma completa psicossíntese.

Os métodos para ativar o supraconsciente e incluí-lo na personalidade consciente e para receber, reconhecer e fazer bom uso das inspirações e intuições são em grande parte os mesmos. Consistem essencialmente nos vários procedimentos com os quais praticam-se a meditação receptiva e a reflexiva. Foram expostos na Aula XI do curso dado em 1963, por isso não é necessário repetir novamente a exposição.

Outro modo para chegar às decisões é o de aconselhar-se com os outros. Este método pode ser de grande ajuda, mas pode também ser motivo de inconvenientes e erros; isto depende da atitude tomada e dos modos usados, tanto de quem pede conselhos quanto de quem os dá. Em muitos casos porém é necessário fazê-lo acima de tudo quando as deliberações envolvem outras pessoas e seus interesses morais e materiais. Por outro lado, aconselhar-se é preciso quando não temos elementos necessários para julgamento, seja por falta de informações ou por falta de competência específica.

As vantagens do método são várias. Em primeiro lugar, só o fato de expor aos outros um problema, ajuda a estabelecê-lo claramente, a objetivá-lo por assim dizer, a compreendê-lo melhor nós mesmos. Por vezes somente o fato de formular bem o problema, faz emergir a solução, faz “ver” a saída a seguir antes que o outro responda. Isto é favorecido pelas perguntas feitas por aqueles a quem consultamos, pelo seu modo de considerar a questão que muitas vezes coloca o problema em uma luz diferente, e nos torna conscientes de outros ‘pontos de vista’ possíveis ou mais adaptados. Além disso a exposição verbal serve para ‘descarregar’ as emoções suscitadas pela questão e, portanto, elimina uma importante causa de ofuscação e de erros. A formulação mental ajuda também a frear a intriga muitas vezes frenética e inútil da mente e a obriga a pensar de modo ordenado.

Há enfim a sutil e mal definível, mas real, ação exercitada pela simples presença de um ouvinte benevolente e compreensivo. É uma ação que se pode chamar ‘catalítica’ uma vez que é análoga àquela exercitada em uma combinação química de uma substancia que não é em si parte dela mesma, mas que a torna possível, ou a acelera com seu simples contato. Esta ação química é também dificilmente explicável, mas é muito eficaz e amplamente utilizada em vários processos industriais. Também neste caso não é necessário conhecer a íntima natureza do fenômeno para utilizá-lo.

Os inconvenientes do aconselhar-se com os outros consistem, por parte de quem pede conselho, no desejo de fugir da própria responsabilidade, na forte tendência que há em muitas pessoas a apoiar-se nos outros, a acreditar neles sem discriminação, a ser fascinados ou sugestionados pelo seu prestígio, pela sua pretensa autoridade. Outros inconvenientes surgem quando se pede conselhos a mais pessoas; as opiniões muitas vezes contrastantes podem aumentar a incerteza.

Os inconvenientes produzidos pelos erros cometidos por quem aconselha são maiores ainda. Há em todos um forte impulso em aconselhar e também aqui, o motivo consciente pode ser bom, faz-se com a finalidade do bem; mas muitas vezes se é empurrado também por outros motivos inconscientes, como o prazer em assumir uma posição de superioridade, a satisfação do amor próprio, a presunção intelectual, o acreditar saber mais que os outros. Desta forma dá-se conselhos muitas vezes não solicitados, com leviandade, sem senso de responsabilidade, sem termos antes, nós mesmos considerado, refletido e deliberado.

Outro inconveniente é o de dar conselhos precisos, até corretos enquanto quem pede poderia chegar por si a decidir; de tal modo inibe-se a oportunidade de fazer experiências úteis, de desenvolver este aspecto da vontade. Às vezes porem, e direi por sorte, o excessivo intrometimento dos conselheiros não solicitados provoca uma justa reação, que foi expressa na conhecida resposta: “não me dê conselhos, sei errar por conta própria”.

Por isso é útil examinar qual é a correta **técnica do aconselhamento**. Também neste caso um exame acurado e consciente da linguagem, para formular ‘a correta designação’, é muito útil para indicar qual é a atitude a ser tomada e o modo de proceder por parte de ambas as pessoas. Em vez de ‘pedir conselho’ é melhor dizer “consultar-se com”, e por parte do outro em vez de subir no banco do “conselheiro”, tomar a função de “consultor”, que dá informações e opiniões. Esta é de fato a palavra usada pelos experts técnicos nos vários “consultórios” psicopedagógicos, matrimoniais, e etc., que mostram um trabalho de muita utilidade e que deveriam tornar-se muito mais numerosos para superar uma grande e urgente necessidade.

As formas mais úteis nas quais um “consultor” pode ajudar são:

1. Como disse posicionar bem o problema sobre o qual deliberar a questão a ser resolvida, reunindo e completando todos os dados e as informações necessárias e úteis, e depois coordenando-os de modo que a questão seja colocada nos seus termos corretos.
2. Quando o problema leva em conta relações com outras pessoas (por ex.: filhos, cônjuges, pais, empregadores, dependentes) ajudar também a ver o ponto de vista deles, e a dar a isto a devida consideração. Frequentemente existem incríveis cegueiras em relação a essa consideração, por parte de pessoas inteligentes, e originam exigências injustas, pretensões excessivas, que provocam reações hostis até violentas.
3. Colocar em evidencia as consequências inevitáveis das varias escolhas possíveis; demonstrar como age a lei de causa e efeito e como não é possível esquivar-se dela. Isto é importante e de uso geral. A lei de causa e efeito é conhecida e admitida sem discussão nas ciências naturais; em psicologia começa-se a conhecê-la e a utilizá-la, mas se deveria percebê-la em cada circunstância da vida. Recordemos sempre que a vida é regida por leis, conhecê-las ajuda a cooperar com ela.
4. Ajudar a interpretar corretamente as impressões, as indicações recebidas do inconsciente, principalmente do superior, sejam sob forma de impulsos espontâneos, de intuições e também de sonhos.

O método da consulta pode ser usado de modo muito simples: com o diálogo. Disse em outra ocasião que para a psicoterapia, para a psicossíntese, bastam em muitos casos duas cadeiras, e no máximo uma mesa; não são necessários aparelhos complicados e custosos, o que se poderia chamar “a retórica do experimentalismo”.

O método do dialogo não é novo; o exemplo mais conhecido são os diálogos socráticos, transmitidos a nós por Platão, nos quais são admiráveis o modo hábil e arguto de Sócrates, a fina arte com a qual ele leva o interlocutor a descobrir por si próprio a verdade e tomar as

corretas posições. Recentemente o método do diálogo recebeu uma renovada apreciação, principalmente pela obra de Martin Buber, e é usado de modo crescente na psicoterapia.

A reunião do movimento da “Medicina da Pessoa” criado pelo Dr. Paul Tournier de Genebra, realizada em 1967 em Zurique, teve por tema central justamente o diálogo sob os seguintes aspectos: o diálogo para o médico de família, o diálogo conjugal, parapsicologia e diálogo, o diálogo para o psiquiatra, os diálogos com Deus, e por fim a meditação. O meditar com outros torna-se muitas vezes mais fácil, e quem tenha prática da meditação pode ensinar como fazê-la e dirigir oportunamente a meditação em comum. Além disso, o estar em silêncio em conjunto favorece a ação catalisadora produzida pela presença e a descida de intuições e inspirações.

Existem enfim as **deliberações coletivas**. Este modo de deliberação sempre foi usado (bem ou mal), sobretudo cada vez mais no mundo moderno, favorecido pela facilidade das comunicações. Também este método tem as suas particulares vantagens, mas pode apresentar vários inconvenientes. A vantagem mais evidente é a de expor, conhecer os vários aspectos da situação, do problema a ser solucionado considerá-lo por diversos pontos de vista segundo a mentalidade e a competência dos vários interlocutores. De tal modo assumem-se e equilibram-se as qualidades de cada um, que pode-se presumir que as decisões tomadas pela unanimidade ou maioria, resultem corretas e oportunas.

É o método democrático no melhor sentido da palavra, porém para que dê bons resultados pressupõe algo muito difícil, isto é que todos aqueles que participem da deliberação tenham um comportamento objetivo e imparcial, proponham-se sinceramente chegar a melhor solução; mas por tratar-se da natureza humana seria um engano acreditar ou esperar que isso aconteça. Quase sempre se opõem interesses pessoais ou de grupos, preconceitos e julgamentos individuais e de grupo pela vaidade ou presunção em prevalecer a própria opinião já expressa sem “entender as razões”. Temos contínuas provas nos relatórios das discussões que se desenvolvem nas assembleias de todo tipo!

Por outro lado, também à parte destas causas, não raro os elementos a favor ou contra a decisão surgida pela consideração dos vários aspectos da questão, parecem equilibrar-se ou tornar difícil acolher qual deva prevalecer; por isso resultam incertezas, e portanto a decisão.... de postergar a decisão; mas depois pode resultar que esta seja a pior decisão! Por ocasião de uma prolongada discussão no Senado da antiga Roma sobre decisões a serem tomadas em relação à luta que se desenvolvia em torno de Segunto, ocorreu que “Dum Romae consilium Seguntum expugnatur” (enquanto os senadores se consultavam, Segunto foi conquistada). Também sobre isto não faltam exemplos, isto acontece tanto mais, quanto maior o número de consultores. Como diz com exagerado bom humor P. Lafitte: “Um administrador administra, três administradores estudam a melhor forma para

administrar, cinco administradores discutem sobre programas opostos, sete administradores tagarelam”.

Contudo, apesar destes graves inconvenientes, o método ditatorial ou autoritário que dá ou confere a uma única pessoa o poder de decidir, é mais perigoso e expõe a decisão a verdadeiros desastres (não é necessário exemplificar). Camilo Cavour que experimentou ambos os regimes, tinha a dizer: “prefiro a pior das Câmaras à melhor das anticâmaras”.

Seja como for em muitos casos as deliberações coletivas não podem ser evitadas; vejamos então como podemos agir de modo a limitar os inconvenientes e utilizar as vantagens. A primeira regra é a de reduzir ao mínimo o número daqueles que tomam parte das decisões; isto não exclui que participem do exame da questão os especialistas, mas somente com atribuições consultivas. Uma outra norma é a de impor limites de tempo, seja para discussões ou decisões. Como é de conhecimento, isto foi feito de modo muito determinado e ...'determinante', quando os cardeais reunidos em Viterbo, depois da morte de Clemente IV, não conseguiam entrar em acordo para eleger o novo Papa. Os habitantes de Viterbo depois de terem esperado muito, destelharam o teto do palácio onde os cardeais deliberavam!

Uma terceira norma importante é a que aqueles que determinam as decisões, devem assumir toda responsabilidade, devem 'responder', tanto em grupo, quanto individualmente.

Um exemplo interessante, e que deu bons resultados nas consultas em grupo pelas atividades a executar mediante a meditação em grupo, foi o movimento do “Rearmamento moral”. Ele que foi promovido por F. Buchmar, antes com o nome de ‘Grupos de Oxford’, desenvolveu um ótimo trabalho de entrosamento, conciliação, eliminação de conflitos em todos os campos: político, econômico, industrial e etc. Houve um número crescente de jovens que participaram usando métodos eficazes como representações teatrais, canções, e etc. Notícias sobre atividades do ‘Rearmamento moral’ foram dadas pela pequena revista “O Mundo de Amanhã” publicada em Milão.

Além destas normas de caráter geral sobre o método da consulta existem outras a serem adotadas nas diversas situações nas quais se deve deliberar. Não posso falar agora, mas direi somente que as deliberações que alguns de nós tiveram que tomar junto a outros deveriam consistir no ‘aconselhar-se junto’ com base na paridade. Ocasões para fazê-lo apresentar-se-ão frequentemente na vida familiar; a atitude correta a ser tomada pode-se resumir na fórmula ‘não discutir’, mas procurar junto a melhor solução. Por isto é necessário que cada um tenha feito a preparação já indicada para as deliberações individuais, isto é o exame dos próprios motivos e motivações.

Antes de concluir direi alguma coisa sobre 'diferenças caracteriológicas'.

Até agora tratei o tema da deliberação e decisão de modo geral, mas também aqui, como para toda outra ação psicológica, é necessário levar muito em conta as *diferenças individuais* que são muitas vezes grandes, e adaptar os métodos a cada tipo psicológico. Assim, em relação ao sujeito do qual estamos nos ocupando, é necessário, sobretudo distinguir dois tipos humanos opostos: os 'impulsivos' e os 'indecisos'.

O que eu disse até agora vale principalmente para os impulsivos, os quais são a grande maioria, dada a tendência geral no nosso tempo ao ativismo desenfreado, e, portanto, à prevalência, direi à prepotência, dos extrovertidos. Isto, pois é verdadeiro particularmente para a Itália, uma vez que os italianos mais que os outros povos são extrovertidos, e, por conseguinte impulsivos e passionais.

Com relação a minoria, os indecisos, que porem não é exígua, "convém usar outra linguagem"; com eles é preciso insistir sobre a necessidade de *tomar decisões*, e de fazê-lo intempestivamente, de agarrar na hora, quando as ocasiões se apresentam. A este propósito citarei o dito de um sábio oriental que vale para ambos os tipos: "Não se pode subir no camelo que ainda não chegou" (para os impulsivos), "nem sobre o que já partiu" (para os indecisos)!

Mas devemos distinguir dois casos ou grupos de causas diferentes de indecisão. Uma pode-se considerar "constitucional" nos tipos introvertidos que muitas vezes se abandonam a uma excessiva e estéril autoanálise, e têm um forte sentido que é por vezes um verdadeiro complexo de inferioridade. Fazendo uns parênteses, uma outra distinção terminológica importante deve ser feita entre sentido de inferioridade e de superioridade, e complexo de inferioridade ou superioridade. Fala-se um pouco atropeladamente de complexos de superioridade e inferioridade, mas esta palavra complexa, deveria ser reservada a casos graves, direi patológicos. Um senso de superioridade ou de inferioridade, todos têm; isto não é um complexo, é uma atitude "interna", está plenamente nos limites da normalidade. O complexo acontece quando há uma repressão no inconsciente, talvez uma reação que o compense, quando há um desequilíbrio; todos somos superiores em alguma coisa e inferiores em outras. O senso ou complexo de inferioridade nos introvertidos em muitos casos é injustificado, uma vez que eles são não raros, inteligentes e dotados de sensibilidade estética e moral (eu disse 'inteligentes' e não 'intelectuais', estes últimos têm de preferência um complexo de superioridade). Outras causas podem ser os conflitos entre as motivações inconscientes e conscientes, ou o medo de errar, e às vezes há arrependimentos ou recordações conhecidas que fazem com que não queiram assumir responsabilidades. A todos pode ser útil uma psicoterapia, ou um autopsicoterapia, que ajude a descobrir as causas e a eliminá-las.

Os indecisos deverão adquirir clara consciência que **decidir é inevitável**; como já assinalai, o não decidir é já uma decisão, e talvez a pior. Eles devem desenvolver a coragem de errar, reconhecendo que os erros podem resultar úteis como fonte de experiência; na ciência e na técnica usa-se continuamente o método de “trail and error”, isto é da tentativa e erro”. O mote da Accademia del Cemento era “Provando e reprovando”; reprovado tem dois sentidos: um é *provando de novo*, o outro é reprovado no sentido de *desaprovar*.

Muitas vezes os indecisos se veem em um estado de incerteza atormentada até mesmo diante de pequenas escolhas sem importância alguma; nestes casos é aconselhável o método do ‘tirar a sorte’ cara ou coroa.

Existem outros dois tipos psicológicos distintos daqueles ora mencionados: obstinados e mutáveis. De fato, um indeciso quando chega à fadiga de tomar uma decisão pode persistir nessa obstinação; enquanto um impulsivo pode ser facilmente mutável, isto é ceder sem crítica ou autodomínio ao aproximar-se dos vários impulsos a agir. Por outro lado, a obstinação pode ser efeito do orgulho ou simplesmente da estreiteza e rigidez mental que faz ver somente um aspecto da realidade poliédrica e mutável. Por isso é necessário colocar muito claro a diferença entre “obstinação” e vontade, que pode parecer confusa a uma observação superficial; muitos acreditam e dizem que “têm uma vontade forte”, mas que são, no entanto, obstinados e teimosos.

Quanto à mutabilidade, pode originar-se também de uma mente muito aberta e plástica, que analisa a validade de cada alternativa e o contínuo renovar-se da vida de maneiras sempre diversas. Os mutáveis devem sempre reconhecer que existem leis constantes as quais regulam a evolução da vida, e das quais derivam princípios e normas a que devemos submeter nossa conduta. As nossas decisões estão ligadas e mantidas com a ordem cósmica.

Todos os quatro tipos psicológicos devem, para corrigir suas qualidades e deficiências fazer uso da vontade de modos distintos e até opostos, mas sempre com visão clara, decisão e sabedoria. De tudo o que foi dito espero que fique evidente que deliberar e decidir requer sabedoria clara, preparação adequada, vigilância, autodomínio incessante além do uso deliberado e contínuo da vontade.